



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

10/07/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Previdência - Governo promete liberar R\$ 5,6 bi em emendas, e deputados pedem mais

Na tentativa de iniciar a votação da reforma da Previdência nesta terça-feira (9), o governo federal aprovou medidas para afagar a bancada ruralista e impulsionou o envio de recursos às bases eleitorais de deputados.

O Executivo acelerou a liberação de emendas orçamentárias e ofereceu um lote extra aos congressistas. Já foram prometidos ao menos R\$ 5,6 bilhões a deputados. Ainda assim, os partidos ampliaram a lista de exigências, atrasando o início da votação da reforma no plenário. Com isso, a análise do texto, que é a prioridade legislativa do presidente Jair Bolsonaro, só começou às 20h48 desta terça. Enquanto negociações eram feitas, deputados discutiam, no lugar, a regulamentação da vaquejada.

Até a conclusão deste texto, o plenário debatia requerimentos da oposição para adiar ao máximo a votação. Ao rejeitar um deles por 331 votos a 117, a Casa deu um sinal favorável à reforma. A sessão deveria ser encerrada pouco após a meia-noite, antes da votação da proposta, o que deverá ocorrer nesta quarta-feira (10).

Embora tenha adotado na campanha o discurso de que colocaria fim ao toma lá dá cá na relação com o Congresso, o governo ofereceu a cada parlamentar fiel um lote extra de R\$ 20 milhões de emendas (em um total de mais de R\$ 3 bilhões), que é o direcionamento de verbas do Orçamento para o reduto eleitoral dos políticos.

Além disso, acelerou o empenho —o registro oficial de que pretende executar aquele gasto— das emendas ordinárias, conforme mostrou a coluna Painel nesta terça.

O governo liberou quase R\$ 1 bilhão na véspera da votação —um total de R\$ 2,6 bilhões nos seus primeiros dias úteis de julho, segundo levantamento do gabinete do líder da oposição, Alessandro Molon (PSB-RJ). Presente no plenário da Câmara, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou ao site Jota que a liberação de verbas de sua pasta foi um esforço para a aprovação da reforma.

A declaração difere da do presidente da República, que em entrevista e nas redes sociais disse que a medida é uma ação normal da administração pública, sem relacioná-la à Previdência.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 10/07/2019

Associação de juizes do trabalho defende a rejeição do texto da reforma da Previdência

A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) defendeu a rejeição da proposta de reforma da Previdência pautada nesta terça-feira (9) no plenário da Câmara. Segundo a entidade, o texto aprovado pela comissão especial é “discriminatório e injusto”.

A associação é parte da Frente (Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público), que apresentou uma petição com mais de 10 mil assinaturas contra o texto.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 10/07/2019

Previdência - Bancada feminina pressiona por alívio em regras para mulheres

Por pressão da bancada feminina, a reforma da Previdência deve sofrer alterações para que as regras de cálculo de aposentadoria para mulheres sejam mais benéficas. Técnicos do governo, da Câmara e deputadas discutem mudanças também na pensão por morte. No início da noite desta terça-feira (9), o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), confirmou que houve acordo. "Conquistamos até votos que não tínhamos".

Após atuação da bancada, o relator da proposta, Samuel Moreira (PSDB-SP), passou a permitir que mulheres de aposentem com 15 anos de contribuição, recebendo, então, 60% do valor do benefício. A versão original, apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro em fevereiro, previa que homens e mulheres teriam que contribuir por 20 anos para poder se aposentar. Isso é chamado de regra de acesso à aposentadoria.

Dados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) apontam que, em média, as mulheres contribuem por 18 anos. Por isso, o relator reduziu para 15 anos o requisito. No entanto, ele não alterou a chamada regra cálculo do benefício –determinante para o valor da aposentadoria. No texto aprovado pela comissão especial na semana passada, a mulher que contribuir entre 15 anos e 20 anos poderá se aposentar com 60% do benefício. Após 20 anos de contribuição, há um acréscimo de 2% a cada ano adicional. Ou seja, para mulheres, ainda é necessário trabalhar 40 anos para ter direito ao benefício integral.

Com 77 integrantes, a bancada feminina é a maior da história. E, independentemente da posição política, elas tendem a votar juntas em favor das mulheres. Elas querem que trabalhadoras possam adquirir o benefício integral após 35 anos de contribuição. Isso significa que os 2% adicionais na regra de cálculo seriam contabilizados a partir de 15 anos de tempo de serviço. Segundo Maia, esse pedido será atendido. Articuladores da reforma da Previdência não querem perder votos de deputadas.

Por enquanto, a suavização na regra de cálculo das aposentadorias das mulheres não deve ser apresentada num novo texto do relator, e sim com a aprovação de uma emenda no plenário.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 10/07/2019

Municípios tentam ser beneficiados com reforma

Sem acordo com governadores, até o momento, prefeitos e deputados articulam para que os municípios sejam reincluídos na reforma da Previdência. Às vésperas da votação da proposta no plenário da Câmara, está em discussão a possibilidade de o próprio relator, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), fazer uma alteração no texto para que as regras mais duras de aposentadorias também tenham validade para servidores municipais. A ideia partiu do presidente da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), Glademir Araoldi, e tem o apoio de articuladores da reforma da Previdência no Congresso.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 10/07/2019

INSS - Consignado tem novas regras

O INSS criou novas regras para a concessão de empréstimos consignados. O objetivo é tornar mais rígido o controle sobre essa modalidade de crédito oferecida a aposentados e pensionistas. A nova norma proíbe que instituições financeiras efetuem qualquer atividade de marketing ativo, oferta comercial e proposta que tente convencer o beneficiário do INSS a firmar contratos de empréstimo pessoal e cartão de crédito, com pagamento mediante desconto direto no benefício. Caso queiram reduzir esse prazo, os segurados terão de ir pessoalmente aos bancos onde têm conta para pedir o desbloqueio. Mesmo assim, isso só poderá ser feito a partir de 90 dias depois do recebimento do primeiro benefício.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 09 e 10/07/2019